

A solução liberal

Rubem Medina

A realidade internacional mostra que cada dia mais se afastam as divergências ideológicas. As divergências se pragmatizam e acabam quase por se confundir em busca da eficiência, da diminuição de custos de produção, da tecnologia e, em razão de tudo isso, da distribuição o mais equitativa possível da renda. As preocupações sociais aumentam na razão direta em que os métodos para alcançá-las se aproximam entre as diversas correntes políticas. Os pensamentos se atraem em busca de objetivos idênticos, cada um deles cedendo em favor do bem comum.

Na Europa, por exemplo, que continua a ser o melhor exemplo do pensamento político e ideológico, já se confundem os programas social democratas e neoliberais. Vemos na Espanha do socialista Felipe Gonzalez um esforço indissociável — e já pleno de resultados positivos — de diminuir substantivamente a participação do estado na economia, com maior liberdade de investimentos e de mercado, que constituem a base do pensamento neoliberal. A ineficiência do estado-patrão forçou os socialistas a atualizarem seus métodos de governo.

Foi justamente quando o partido socialista chegou ao poder na Itália, com Bettino Craxi como primeiro-ministro, depois de uma longa dominação da democracia cristã, que mais se aceleraram os projetos de privatização de empresas estatais, que insistiam em acumular déficits a serem pagos pelo bolso do contribuinte. O processo privatizante dos socialistas italianos em nada difere das teses liberais da eficiência administrativa e de procedência para as leis do mercado no comando da economia.

Na França não foi diferente. Em seu primeiro mandato, o presidente socialista François Mitterrand começou com um projeto de grandes estatizações, que atingiram a área bancária, a indústria automobilística e muitos outros setores, tradicionalmente operados pela iniciativa privada. Logo Mitterrand foi obrigado a voltar atrás e a estabelecer um programa corretor, devolvendo à empresa privada o que havia estatizado e, mais ainda, estimulando um grande projeto privatista.

Os eletores franceses fizeram com que o governo da França fosse dividido entre os socialistas e os liberais do RPR (*Ressemblement Pour la République*). E não houve maiores dificuldades de convivência entre o socialista Mitterrand na presidência, com o liberal Jacques Chirac como primeiro-ministro. E foi justamente Chirac quem deu impulso ao programa francês de privatização. Hoje, Chirac substituído na chefia do Gabinete pelo socialista Michel Rocard, o programa se mantém inalterado. Os socialistas executam um programa de inspiração liberal.

O Brasil tem tido dificuldades em assimilar esses novos conceitos pragmáticos e insiste na ultrapassada dicotomia esquerda-direita. hoje

inteiramente sem sentido, com as novas teorias de internacionalização e interdependência econômica. Numa época em que a Europa praticamente se prepara para eliminar fronteiras, em que Estados Unidos e Canadá constituem exemplar integração econômica e que na Ásia vai-se formando uma outra comunidade liderada pelo Japão, com os chamados *Tigres asiáticos*, o Brasil continua submetido a preconceitos que o colocam no contrafluxo do desenvolvimento econômico.

Não há mais dúvidas — e aí concordam políticos e economistas das mais diferentes teorias e ideologias — de que o excessivo inchado do estado brasileiro tem sido uma das maiores e mais contundentes causas de nossas dificuldades econômicas. A obesidade estatal tem sido um entrave para superar o momento crítico, que já se prolonga ao exagero e impede a retomada de nosso desenvolvimento econômico, única saída para permitir que o Brasil possa atender a suas necessidades inadiáveis de se tornar uma economia pujante, como forma de permitir o fim das imensas desigualdades regionais e de se atingir a almejada justiça social.

A situação brasileira hoje mostra um quadro cheio de contradições. Enquanto o setor privado demonstra eficiência, está altamente capitalizado e com reservas para o indispensável reinvestimento, o estado está falido. Como não há a suficiente liberdade para a ação da empresa privada e não há regras para os investimentos, pois o Estado sufoca e opprime, por sua ineficiência e pela necessidade de viver a cobrir os déficits que gera, o empresário não investe e se recapitaliza, via mercado financeiro, para financiar o Estado deficitário.

Enquanto isso quem sofre é a sociedade como um todo. A inflação corrói os salários e empobrece o trabalhador. Não se forma um mercado interno de consumo forte. O poder de compra desaba, pressionando o quadro de injustiças sociais. Faltam habitações condignas, saneamento básico, habitação e saúde — que são de competência do Estado — porque o erário não tem como investir, pois só fabrica prejuízos em sua ineficiência crônica e no exagero do alcance de seus tentáculos.

Está na hora de o Brasil tomar uma decisão ou se arrisca a perder o caminho da História e se autocondenar ao imobilismo e ao atraso econômico e social. E a saída do Brasil de hoje está indiscutivelmente nas teses neoliberais de desenvolvimento livre e de precedência do homem sobre o Estado. E, a seguir o exemplo internacional, não é difícil a conciliação das teses liberais com as teorias social democratas. Fora da integração pragmática das correntes de pensamento que se aproximam nos objetivos, não há solução. E o Brasil tem pressa de encontrar seu caminho.